

## CONTRATO Nº 008/2026

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, nomeado em 01 de janeiro de 2025 pelo Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S/A**, CNPJ nº 09.397.355/0001-30, com sede na SIA Trecho 17 Rua 20 Lote 90 Sala, 201 - 2 Pavimento Zona Industrial, CEP: 71.200-256 - Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) Leonardo Cesar de Carvalho Ladeira, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 17.792/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº 262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, **resolvem celebrar o presente Termo de Contrato**, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 103/2025 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS), SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE NECESSÁRIA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	PLATAFORMA	26069	SERVIÇO	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Serviço de disponibilização e manutenção da plataforma eletrônica de Compras Públicas (Portal de Compras Públicas) para a realização de licitações e contratações.						
--	--	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência.

1.2.2. A Proposta do contratado.

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, até o limite de 10 (dez) anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os serviços permanecem vantajosos para a Administração.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

#### **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Condições de Execução**

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.1. Início da execução do objeto: A plataforma deverá estar disponível para configuração e uso em até 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviço.

3.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas e etapas:

a) Disponibilização: Liberação de ambiente exclusivo (URL customizada ou acesso via portal) para o Município de Fernandópolis, com perfis diferenciados para Agentes de Contratação, Pregoeiros, Fiscais e Administradores do Sistema.

b) Configuração e Integração: Parametrização do sistema conforme a estrutura administrativa da Prefeitura e garantia de integração total com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

c) Suporte Técnico Operacional: Prestação de assistência técnica ininterrupta para a solução de problemas de acesso ou dúvidas operacionais, disponível em dias úteis, no horário de expediente da Administração, via chat, e-mail ou telefone.

d) Atualização e Manutenção: Realização de manutenções preventivas e corretivas, bem como atualizações automáticas do software sempre que houver alteração na legislação vigente (Lei nº 14.133/2021).

e) Capacitação: Realização de treinamento inicial para a equipe técnica e disponibilização de material didático (manuais, vídeos ou webinars) de forma contínua.

3.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

3.1.3.1. Etapa 1 (Implantação): Liberação de acessos e configurações iniciais (Até o 5º dia).

3.1.3.2. Etapa 2 (Capacitação): Treinamento básico das equipes envolvidas (Até o 15º dia).

3.3.3.3. Etapa 3 (Operação Assistida): Acompanhamento dos primeiros certames com suporte prioritário.

## **Local e Horário da Prestação dos Serviços**

3.2. Os serviços serão prestados em ambiente virtual (SaaS - Software as a Service), acessível via rede mundial de computadores (internet). Caso haja necessidade de treinamento presencial, este ocorrerá nas dependências da Prefeitura Municipal de Fernandópolis/SP ou em local definido pela Administração.

3.3. Os serviços de suporte técnico deverão estar disponíveis, no mínimo, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 17:00 (horário de Brasília). A plataforma em si deverá permanecer disponível para acesso e participação de licitantes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, ressalvadas as janelas de manutenção programada.

## **Garantia do Serviço**

3.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato, a Prefeitura poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial de alinhamento sobre o plano de fiscalização e metas de desempenho.

## **Fiscalização**

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

3.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução para assegurar que as condições estabelecidas sejam cumpridas, com foco especial na disponibilidade do sistema e na eficiência do suporte técnico.

3.8. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências, especialmente as indisponibilidades de serviços críticos e o descumprimento dos tempos de atendimento, para fins de apuração das multas previstas no item 7.3 deste TR.

3.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a regularização.

3.10. O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou sanção que ultrapasse sua competência.

3.11. No caso de falhas sistêmicas que inviabilizem a realização de certames agendados, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor para abertura de processo de apuração de responsabilidade.

3.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada periodicamente.

3.13. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado por imperfeições técnicas ou falhas operacionais, mesmo que não detectadas imediatamente pela Administração.

### **Gestor do Contrato**

3.14. Cabe ao gestor do contrato:

3.14.1. Coordenar o processo de acompanhamento, mantendo o registro de ocorrências e ordens de serviço.

3.14.2. Acompanhar os indicadores de desempenho reportados pela fiscalização, validando os cálculos de disponibilidade mensal (Meta 99%) e a quantidade de incidentes atendidos fora do prazo.

3.14.3. Emitir documento comprobatório mensal (Ateste de Execução) atestando o cumprimento das obrigações, baseado nos indicadores de nível de serviço (SLA) definidos no item 7.3.

3.14.4. Fiscalizar a manutenção das condições comerciais praticadas pela Contratada junto aos fornecedores (usuários), garantindo que os valores de ressarcimento de custos informados no ETP sejam respeitados.

3.14.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação das sanções e multas fixas previstas no item 7 deste TR, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

3.14.6. Elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos, como o aumento da competitividade e a eficácia do suporte personalizado.

3.14.7. Atentar-se que, por tratar-se de contrato com valor de R\$ 0,00 para a Administração, a gestão e liquidação focam exclusivamente na certificação da execução fiel do objeto e no cumprimento das metas tecnológicas, sem gerar fluxo de pagamento financeiro pela Prefeitura.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO**

5.1. O valor total do presente contrato, para a Administração Municipal, é de R\$ 0,00 (zero real).

5.2. Inexistindo ônus financeiro para o Município de Fernandópolis, a remuneração da CONTRATADA dar-se-á exclusivamente por meio do ressarcimento de custos operacionais de tecnologia pagos pelos licitantes/usuários da plataforma<sup>1</sup>.

- 
- <sup>1</sup> Plano Anual: R\$ 79,08 (setenta e nove reais e oito centavos) por mês;
  - Plano Semestral: R\$ 91,50 (noventa e um reais e cinquenta centavos) por mês;
  - Plano Mensal: R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais) por mês.

## **6. CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

6.1. Por tratar-se de contratação sem ônus financeiro para a Administração, o recebimento do objeto consistirá na certificação da disponibilidade da plataforma e da prestação dos serviços de suporte, conforme os níveis de serviço (SLA) estabelecidos.

6.2. Recebimento Provisório: Ocorrerá mensalmente, por meio de relatório simplificado gerado pelo sistema ou pelo Fiscal do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.3. Recebimento Definitivo: Ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante Termo de Atestado de Execução, após a verificação da qualidade dos serviços, disponibilidade do sistema (Meta 99%) e cumprimento dos chamados de suporte técnico.

6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas, devendo a Contratada promover as correções no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para falhas críticas, sob pena de aplicação das sanções previstas no item 7.

### **Liquidação e "Pagamento"**

6.5. Para fins de registro contábil e administrativo, a liquidação consistirá na verificação do cumprimento da obrigação de fazer (disponibilização da plataforma).

6.6. Não haverá emissão de fatura ou nota fiscal de cobrança contra a Prefeitura de Fernandópolis, uma vez que o valor da contratação é de R\$ 0,00 (zero real).

6.7. A Contratada deverá manter a regularidade fiscal durante toda a execução do contrato, a ser consultada pela Administração no momento do ateste mensal de conformidade.

6.8. Caso seja constatada irregularidade fiscal, a Contratada será notificada para regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão contratual, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA REPACTUAÇÃO**

7.1. Inaplicabilidade: Tendo em vista que o valor contratual para a Administração Pública é nulo (zero), são inaplicáveis as cláusulas de reajuste, repactuação ou atualização monetária por parte do Contratante.

7.2. Eventuais alterações nos valores cobrados dos usuários (licitantes) pela plataforma deverão observar o equilíbrio econômico-financeiro do modelo de custeio e ser previamente comunicadas à Administração para fins de transparência e fiscalização do interesse público secundário.

## **8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Indicar, com a devida qualificação, os usuários (Agentes de Contratação, Pregoeiros e Equipe de Apoio) e seus respectivos níveis de acesso na plataforma, informando imediatamente à Contratada quaisquer alterações.

8.3. Exigir da Contratada o integral cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.4. Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos, observando as regras de recebimento de conformidade, visto que a contratação possui valor de R\$ 0,00.

8.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre falhas, indisponibilidades do sistema ou descumprimento dos níveis de serviço (SLA), para que proceda à imediata correção.

8.6. Proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada execute o objeto, incluindo, se indispensável e não for possível via internet, o acesso às instalações físicas para manutenção técnica.

8.7. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de representante designado (Gestor e Fiscal), realizando os registros das ocorrências e do desempenho tecnológico da plataforma.

8.8. Notificar a Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC para adoção das medidas pertinentes sempre que houver descumprimento das cláusulas deste contrato.

8.9. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações ou reclamações da Contratada no prazo de até 30 (trinta) dias.



8.10. Garantir o sigilo das senhas de acesso de seus operadores e utilizar a plataforma em estrita observância às normas legais vigentes.

8.11. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros em razão de atos da Contratada, seus empregados ou prepostos.

## **9. CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e de sua proposta, assumindo integral e exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

9.2. Processamento e Suporte: Processar diariamente o sistema, garantindo todo o suporte necessário à sua operação e ao armazenamento de dados, viabilizando consultas e atualizações em tempo real pelos usuários da Administração.

9.3. Disponibilidade de Dados: Disponibilizar o banco de dados do sistema para acesso via internet mediante login e senha, garantindo a integridade e a segurança das informações.

9.4. Manutenção do Histórico: Manter, sob sua guarda e responsabilidade, durante 05 (cinco) anos após o fim da vigência deste contrato, todos os dados e registros das atividades realizadas no portal pela CONTRATANTE.

9.5. Preposto: Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a execução contratual, especialmente para fins de comunicação e recebimento de notificações.

9.6. Níveis de Serviço (SLA): Executar os serviços em estrita observância aos indicadores de disponibilidade e tempos de atendimento técnico definidos no Termo de Referência.

9.7. Gratuidade e Custos: Arcar com todos os ônus decorrentes de despesas, tributos e encargos inerentes ao objeto, estando ciente de que a remuneração dar-se-á exclusivamente pela cobrança de custos de utilização junto aos fornecedores, nos termos da lei.

9.8. Correção de Falhas: Corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas e nos prazos fixados, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações, sanando falhas ou desconformidades tecnológicas constatadas.

9.9. Responsabilidade Civil: Responder por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, inclusive falhas de segurança cibernética ou perda de dados, não sendo tal responsabilidade afastada pela fiscalização do Contratante.

9.10. Regularidade: Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, incluindo a regularidade fiscal, social e trabalhista.

9.11. Sigilo e LGPD: Guardar sigilo absoluto sobre informações e dados obtidos em razão da execução contratual, observando as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), respondendo civil e penalmente por qualquer divulgação indevida.

9.12. Nepotismo: Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente de dirigentes do Contratante ou de agentes públicos envolvidos na gestão ou fiscalização deste contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

10.1. As Partes se comprometem a cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em todos os seus termos, no que se refere ao tratamento de dados pessoais coletados ou acessados em razão deste Contrato.

10.2. Somente serão divulgados e processados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público e à execução do objeto contratual, visando o controle social, a transparência pública e a regular processamento das licitações.

10.3. O consentimento do titular, quando necessário, é considerado tácito ao participar dos procedimentos licitatórios ou ao cadastrar-se na plataforma, em decorrência da execução de procedimentos preliminares relacionados ao contrato ou por obrigação legal do Poder Público.

10.4. Deveres da CONTRATADA quanto à LGPD:

10.4.1. Atuar como operadora dos dados pessoais inseridos pela Administração, tratando-os exclusivamente para os fins previstos neste instrumento.

10.4.2. Implementar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

10.4.3. Notificar o CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados.

10.4.4. Garantir que todos os seus colaboradores e prepostos que manuseiem dados pessoais assinem termos de confidencialidade rigorosos.

10.5. A CONTRATADA será integralmente responsável por qualquer dano, direto ou indireto, causado ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão do descumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que incorrer nas condutas previstas no art. 155 da referida Lei, em especial:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.
- b) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.
- c) Apresentar documentação falsa, praticar ato fraudulento ou comportar-se de modo inidôneo.
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Sanções Aplicáveis: Ao Contratado que incorrer nas infrações acima, serão aplicadas, conforme a gravidade e o processo administrativo, as sanções de Advertência, Multa, Impedimento de Licitar ou Declaração de Inidoneidade.

12.3. Das Multas por Desempenho Tecnológico (Indicadores): Considerando a natureza técnica do serviço e o valor zero da contratação, as multas compensatórias serão aplicadas com base no descumprimento dos níveis de serviço abaixo, apurados mensalmente:

12.3.1. Indicador 1: Disponibilidade dos Serviços Críticos

12.3.1.1. Descrição: Os serviços que afetem o andamento do processo licitatório (acesso do comprador e lances) devem manter 99% de disponibilidade mensal (Seg. a Sex., 07h às 17h).

12.3.1.2. Tempo de Atendimento: 02 (duas) horas para correção após notificação.

12.3.1.3. Multa Compensatória (por não atendimento no prazo):

- a) 01 ocorrência mensal: R\$ 500,00;
- b) 02 ocorrências mensais: R\$ 1.000,00;
- c) 03 ou mais ocorrências mensais: R\$ 1.500,00.

12.3.2. Indicador 2: Atendimentos que não paralisam serviços críticos

12.3.2.1. Descrição: Incidentes que não impedem a operação (liberação de acessos, revisão de atos, prazos), com limite de até 02 incidentes/mês.

12.3.2.2. Tempo de Atendimento: 48 (quarenta e oito) horas.

12.3.2.3. Multa Compensatória (por excesso de incidentes não atendidos no prazo):

- a) De 03 a 05 ocorrências: R\$ 500,00;
- b) De 06 a 08 ocorrências: R\$ 1.000,00 (cumulativo);
- c) Acima de 09 ocorrências: R\$ 1.500,00 (cumulativo).

12.4. Outras Multas:

12.4.1. Para as infrações de natureza administrativa geral (alíneas "c" a "h" do item 7.1), a multa poderá ser fixada entre R\$ 500,00 e R\$ 5.000,00, a depender da gravidade e do dano causado à Administração, visto que o valor do contrato é zero.

12.5. Procedimento e Defesa:

12.5.1. Antes da aplicação de qualquer sanção, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

12.5.2. As notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta e/ou cadastrados no Portal, sendo considerados válidos para todos os efeitos.

12.6. Da Rescisão:

12.6.1. O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante comunicação prévia de 60 (sessenta) dias, ou em prazo inferior mediante comum acordo, sem

aplicação de sanção desde que cumprido o prazo de aviso e garantida a conclusão dos certames já iniciados.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.7.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.7.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

12.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão

decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes ou pelo término do prazo de vigência sem que haja prorrogação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antecipadamente, por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação prévia e por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem a aplicação de sanções, desde que cumprido o prazo de aviso e garantida a conclusão de todos os certames licitatórios já iniciados na plataforma.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes do término da vigência nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei.

13.4. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da CONTRATADA (ex: interrupção injustificada do sistema, falha grave de segurança ou descumprimento reiterado do SLA):

a) Ficará ela constituída em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta deste contrato;

b) A Administração poderá adotar medidas imediatas para migração dos dados e assegurar a continuidade do atendimento, sem prejuízo de nova contratação.

13.5. O termo de extinção será precedido de:

13.5.1. Certificação pela fiscalização de que todos os dados relativos às licitações realizadas foram preservados e disponibilizados à Administração;

13.5.2. Apuração de eventuais multas tecnológicas pendentes ou indenizações por danos causados ao patrimônio público.

13.6. A alteração social ou modificação da estrutura da empresa não implicará extinção se não comprometer a capacidade de operação da plataforma, devendo ser formalizada mediante termo aditivo se houver mudança da pessoa jurídica.



13.7. O contrato será extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculos impeditivos com agentes públicos do Município, conforme o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. Tendo em vista que a presente contratação possui valor de R\$ 0,00 (zero real) para o Município de Fernandópolis, não havendo desembolso de recursos públicos, fica dispensada a indicação de dotação orçamentária e a respectiva reserva de empenho.

14.2. A ausência de ônus financeiro para a Administração decorre do modelo de negócio da CONTRATADA, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar e na Cláusula Quinta deste Contrato.

14.3. Caso venham a ser pactuadas futuramente alterações contratuais que impliquem ônus financeiro para o Município, a Administração providenciará a prévia indicação da dotação orçamentária e a respectiva reserva de empenho por meio de termo aditivo, observada a legislação vigente.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. Por tratar-se de contrato com valor nulo para a Administração, o limite previsto neste item aplica-se à dimensão do objeto e às obrigações de fazer pactuadas.



16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato (como atualização de dados de contato, substituição de fiscais ou correção de erros materiais) podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL**

17.1. A propriedade intelectual e a titularidade de direitos autorais sobre a plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, incluindo seus sistemas, códigos-fonte, algoritmos e atualizações, pertencem exclusivamente à CONTRATADA.

17.2. A solução de tecnologia disponibilizada pela CONTRATADA para o cumprimento deste contrato não implica em transferência de tecnologia ou cessão de direitos definitivos ao Município, mas apenas a licença de uso durante a vigência contratual.

17.3. Os programas ou soluções desenvolvidos pela CONTRATADA que venham a ser utilizados como ferramenta de apoio, mesmo que agreguem funcionalidades ao objeto principal, permanecerão sob a titularidade original da CONTRATADA.

17.4. Propriedade dos Dados: Sem prejuízo da propriedade intelectual do software pela CONTRATADA, todos os dados, documentos, registros e informações inseridos na plataforma pela Administração Municipal de Fernandópolis e pelos licitantes em seus certames são de propriedade e responsabilidade do CONTRATANTE, devendo estar disponíveis para extração a qualquer tempo.

17.5. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a CONTRATADA deve se abster de divulgar, comercializar ou repassar quaisquer dados pessoais e de cadastro dos agentes públicos e usuários registrados no sistema, salvo se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE ou por obrigação legal de transparência.

17.6. A internalização de soluções de terceiros não desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser precedida da comprovação dos direitos de uso, devendo tais documentos integrar o processo administrativo quando solicitado pela fiscalização.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura de Fernandópolis.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO**

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Fernandópolis-SP, 19 de janeiro de 2026.

---

JOÃO PAULO SALES CANTARELLA

Prefeito Municipal

LEONARDO CESAR DE  
CARVALHO  
LADEIRA:50543938115

Assinado de forma digital por  
LEONARDO CESAR DE CARVALHO  
LADEIRA:50543938115  
Dados: 2026.01.21 16:02:28 -03'00'

---

ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S/A

CNPJ N° 09.397.355/0001-30

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
João Paulo Garutti Quadrelli

\_\_\_\_\_  
Fabio Santana Crema



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1592-2CBA-B847-530F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LEONARDO CESAR DE CARVALHO LADEIRA (CPF 505.XXX.XXX-15) em 21/01/2026 16:02:28 GMT-03:00  
Emitido por: AC SEMPRE RFB v2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JOÃO PAULO GARUTTI QUADRELI (CPF 470.XXX.XXX-10) em 22/01/2026 08:14:03 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FABIO SANTANA CREMA (CPF 400.XXX.XXX-62) em 22/01/2026 08:14:53 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOÃO PAULO SALES CANTARELLA (CPF 184.XXX.XXX-57) em 22/01/2026 12:41:06 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://fernandopolis.1doc.com.br/verificacao/1592-2CBA-B847-530F>